Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Aumento de R$ 400 . . . 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
País perde R$ 429 bi ao limitar gestão tributária - OPINIÃO JURÍDICA . . . 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Para não zerar os investimentos - RAUL VELLOSO . . . 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Aposentados do INSS vão receber quase R$ 800 mi em atrasados . . . 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Emenda do relator aumenta acúmulo de gastos herdados de anos anteriores . . . 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Previdência privada vira novo foco de atração de clientes da XP . . . 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Pacote de combustíveis' pode ficar para depois do carnaval . . . 14

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
INSS antecipa benefícios em cidades em estado de calamidade pública . . . 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
Polarização impõe barreiras no xadrez partidário - BRASÍLIA - DF . . . 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
Bolsonaro diz que avalia aumento para a PRF . . . 18

O GLOBO - RJ - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO
Registro de novas armas de fogo por civis bate recorde . . . 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Senado faz bem em priorizar PEC da reforma tributária (Editorial) . . . 21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
O cavalo selado das contas públicas (Artigo) . . . 22

ZERO HORA - RS - ZERO HORA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária em pauta na CCJ . . . 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Com prejuízos de mais de R$ 100 mil, comerciantes querem ajuda . . . 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Relator rejeita redução de tributos federais sobre diesel e gás de cozinha 26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS
ECONOMIA
Forças de segurança em greve 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - NACIONAL
ECONOMIA
PIB de Petrópolis deve desabar R$ 665 milhões 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Reconstrução social e econômica só será possível com uma reconstrução afetiva 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Mercado eleva estimativa para inflação neste ano a 5,56%, mostra pesquisa do BC 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Pela 6ª vez seguida, mercado vê inflação mais alta 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
De fracasso em fracasso (Editorial) 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Rui Costa defende um pacto nacional - MÍRIAM LEITÃO 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Governo deve anunciar após o carnaval pacote de crédito de R$ 100 bi 41

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Desastre em Petrópolis expõe falhas das políticas públicas (Editorial) 42

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
O que aprender com a China? (Artigo) 43

Aumento de R$ 400

MANOEL VENTURA E DANIEL GULLINO
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

País perde R$ 429 bi ao limitar gestão tributária - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187147?page=6&section=3

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187147?page=6&section=3

Para não zerar os investimentos - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Por volta de 1994, a hiperinflação provocava um sério impasse, pois a equipe responsável pela elaboração dos planos de estabilização heterodoxos baseados em congelamento de preços exigia do governo um forte "pacote" de ajuste fiscal para apresentar como peça central de sustentação de mais um tal plano. À época, a visão corrente nos mercados financeiros era de que o "x" da questão fiscal se chamava excesso de vinculações de receita, ou seja, um elevado grau de destinação obrigatória da maioria dos **tributos** a determinadas finalidades setoriais (educação, saúde etc.). Foi com base nessa percepção que sugeri ao então ministro da Fazenda a criação de um fundo orçamentário composto de 20% de todas as receitas, como forma indireta de reduzir o grau de vinculação do orçamento federal, e, desse modo, dar credibilidade ao novo plano. Assim nasceu o FSE ? Fundo Social de Emergência, com a ajuda do qual a **inflação** caiu e tem se mantido baixa, em grande medida, desde então. Só que ela voltou a subir, e a economia evolui a taxas ligeiramente negativas, em boa medida porque a grande ação de destaque no combate à **inflação** tem sido a subida da taxa de juros.

Visto de hoje, o grande drama da gestão macroeconômica do país continua a ser a excessiva rigidez dos orçamentos públicos, embora hoje ela seja menos representada pelas vinculações de receita e mais pelo elevado peso dos chamados gastos obrigatórios. Como o nome bem o diz, levam essa denominação as despesas em cuja implementação existe algum tipo de legislação (muitas vezes a própria Constituição) que impõe a sua realização. Isso significa que a capacidade que os governos têm de alterar significativamente a estrutura das peças orçamentárias em relação às que vigoravam anteriormente é muito baixa. Ou seja, uma vez aprovadas e postas em prática (como, por exemplo, após a promulgação do mandato constitucional de 1988), existe uma fatia expressiva do orçamento público cuja estrutura tende a se repetir ao longo do tempo, concentrando-se, basicamente, em pagamentos a pessoas em assistência social, previdência e pessoal ativo. Com base nos dados de 2018, a estrutura do gasto federal encontra-se assim cristalizada nos seguintes itens (em % do total), totalizando 75,6%: 1) **INSS** Contributivo- 34,2%; 2) Assistência Social - 19,3%; 3) Pessoal Ativo - 12,7%; 4) Previdência dos Servidores - 9,4%. Nesses termos, pode-se dizer que o orçamento federal virou uma grande folha de pagamento de benefícios assistenciais, previdenciários e pessoal, sobrando apenas 21,6% para os demais gastos correntes ("outros custeios") e 2,8% para investimentos. Ou seja, os investimentos, que, em 1987, se situavam em 16% do total, foram os grandes pagadores da conta. Isso mostra, em adição, por que o chamado teto dos gastos, de safra bem mais recente, não funcionou. Na falta de controle sobre o grosso dos gastos, só serviu para aproximar os investimentos de zero.

Só que, em vez de querer atacar tudo ao mesmo tempo, acredito que o gasto obrigatório, contra cujo crescimento o esforço de ajuste deveria se concentrar para avançarmos bem mais no processo de recuperação da economia brasileira, se refere à previdência dos regimes públicos, por envolver a ação não só da União, mas de todas as esferas de governo. Nelas, o mesmo problema, ou seja, o forte crescimento dos gastos previdenciários próprios se destaca. Para chamar a atenção para esse problema, destaco que, de uns 10 a 12 anos para cá, os deficits previdenciários correntes ou financeiros respectivos se multiplicaram várias vezes, estando hoje em algo ao redor de R$ 200 bilhões anuais. Por conta disso, se não fizermos nada, os investimentos públicos - especialmente nas esferas subnacionais de governo, com capacidade obviamente bem mais limitada de se endividar - tenderão nos próximos anos simplesmente a zerar, conforme demonstra o atendimento às necessidades de financiamento dos deficits previdenciários constantes dos estudos atuariais disponíveis projetadas para os próximos anos.

Confesso que a necessidade de concentrar esforços nesse item já era visível para mim por volta de 1998, quando em cima do laço de a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovar a proposta de reforma enviada pelo Executivo Federal (Emenda 20/98), sugeri, mais uma vez, a única ação que se mostrava politicamente viável à época, a criação da **previdência complementar** obrigatória (PCO) para os **servidores públicos** que ingressassem nas hostes governamentais a partir de então. Passaram-se muitos anos, mas a data-limite para o processo de implementação da PCO acaba de ser revista mais uma vez, embora tal empreitada continue avançando a passos firmes, embora não tão rápidos como seria o

ideal. Há pouco aprovamos a Emenda 103/19, com mudanças importantes das regras existentes, mas principalmente pela obrigação de os entes públicos promoverem o equilíbrio financeiro e atuarial de seus regimes. Na verdade, só assim nos livraremos do risco de os investimentos serem em breve zerados na maioria das administrações públicas.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Para não zerar os investimentos

Aposentados do INSS vão receber quase R$ 800 mi em atrasados

Cristiane Gercina são paulo

Os aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que processaram o órgão e ganharam a ação na Justiça, sem que haja mais nenhuma possibilidade de recurso, vão receber R$ 792,2 milhões em RPVs (Requisições de Pequeno Valor) neste mês.

O dinheiro, que corresponde a ações de até 60 salários mínimos -R$ 72.720 neste ano-, foi liberado nesta segunda-feira (21) pelo CJF (Conselho da Justiça Federal). Os valores são referentes a processos finalizados pelo Judiciário e com ordem de pagamento concedida pelo juiz em janeiro. Esse é o primeiro lote do ano que terá como base o valor do novo salário mínimo, de R$ 1.212 em 2022.

Ao todo, serão beneficiados 56.674 segurados que ganharam 43.343 processos contra o **INSS** referentes a concessões ou revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, incluindo os assisteciais como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

O montante a ser pago neste mês em todo o país é ainda maior, pois envolve outras ações de pequeno valor, num total de R$ 951,5 milhões, pagos a 95.977 beneficiários vitoriosos em 78.044 processos.

Os segurados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, atendidos pelo TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3a Região), vão receber R$ 89,8 milhões após ganharem 3.313 processos contra o **INSS**. Ao todo, são4.oi9 beneficiários.

A consulta para saber quanto irá receber é feita no site de cada tribunal responsável pelo processo. Em São Paulo, ela deve ser realizada no site do TRF-3. Na página inicial, vá em "Consulta processual", do lado direito da tela, em um quadro verde, abaixo. Depois, clique na seta ao lado de "Número do processo" e escolha a opção "Requisições de pagamento".

Em seguida, vá em "Consultas por OAB, Processo de origem, Ofício Requisitório de origem ou Número de protocolo" e informe seu CPF, OAB do advogado ou o número do processo e clique em "Não sou um robô". Em seguida, vá em "Pesquisar"; aparecerá então a sua RPV.

Para saber se vai receber neste mês, é preciso observar as datas. São pagas em fevereiro as RPVs cuja "Data protocolo TRF" seja algum dia do mês de janeiro de 2021. Após o pagamento, aparecerá "pago total ao juízo". O dinheiro cairá na conta aberta pelo tribunal no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

A fase de abertura de contas é chamada de processamento. Em geral, o tribunal leva cerca de uma semana para fazer o pagamento.

Mais de 100 milhões consultaram site de valores a receber

Em uma semana, mais de 100 milhões de pessoas e empresas consultaram o site do SVR (Sistema Valores a Receber), do Banco Central, em busca de dinheiro esquecido em instituições financeiras. 0 balanço da autoridade monetária considera as buscas feitas desde que o novo site foi ao ar, na noite de 13 de fevereiro, até a Oh desta segunda (21). Das 102,7 milhões de consultas a CPFs e CNPJs no Sistema de Valores a Receber (SVR), mais de 100,1 milhões foram relacionadas a pessoas físicas. Destas, 21,8 milhões tinham valores a receber, enquanto 78,2 milhões não encontraram saldo. A busca entre pessoas jurídicas foi menor, com 2,5 milhões ao todo, sendo quase 2,3 milhões sem saldo. Apenas251 mil empresas encontraram algum dinheiro esquecido. A autoridade monetária estima que haja cerca de R$ 8 bilhões de recursos esquecidos e, em uma primeira fase de saques, prevê a devolução de R$ 4 bilhões.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49829

Emenda do relator aumenta acúmulo de gastos herdados de anos anteriores

IdianaTomazelli brasília

A criação das emendas de relator, instrumento usado por congressistas aliados do governo Jair Bolsonaro (PL) para irrigar redutos eleitorais, tem impulsionado o acúmulo de gastos herdados de anos anteriores, os chamados restos a pagar.

Em 2021, o passivo com emendas de relator de anos anteriores estava em R$ 12,2 bilhões, segundo dados do Tesouro. O valor subiu a R$ 18,9 bilhões no início deste ano.

O acúmulo dessas despesas é monitorado com atenção dentro da equipe econômica, pois pode dificultar a gestão das contas públicas.

As emendas de relator são atualmente a peça-chave do jogo político em Brasília, sendo responsáveis pela sustentação da base aliada de Bolsonaro no Congresso. A modalidade foi incluída no Orçamento de 2020 pelo Congresso, que passou a ter controle de quase o dobro da verba federal de anos anteriores.

Para quitar as despesas, os repasses precisam se enquadrar ao limite de pagamento do Poder Executivo, dado pelo teto de gastos, regra fiscal que limita o avanço das despesas à variação da **inflação**. Significa que os restos a pagar disputam espaço no teto com as despesas do Orçamento do ano em curso.

Mesmo que o pagamento efetivo das emendas de relator programadas para 2022 seja mais lento, deixando o limite financeiro disponível para quitar despesas indicadas pelos congressistas em anos anteriores, há o temor de que a fatura vire uma bola de neve para o futuro.

Para ter uma ideia, a dotação dessas emendas para este ano é de R$ 16,5 bilhões. O valor costuma servir de referência para o limite financeiro, embora ele possa ser alterado conforme necessidade e disponibilidade. O passivo acumulado já é maior do que isso.

Além disso, o TCU (Tribunal de Contas da União) já emitiu recomendações ao Executivo para reduzir a conta dos restos a pagar. A tendência atual das emendas vai na direção contrária e preocupa os técnicos da corte de contas.

Em 2022, o movimento impediu uma queda mais consistente dos gastos acumulados de anos anteriores, após um aumento causado pela fatura herdada das despesas de combate à Covid-19. A fatura total ficou em R$ 233,7 bilhões, alta nominal de 2,6% ante 2021.

Procurado pela Folha, o TCU afirmou que o tema vem sendo acompanhado pelo tribunal e que as análises e conclusões serão alvo de um tópico específico no relatório das contas de governo.

A inscrição de restos a pagar, por si só, não configura uma irregularidade. É comum algumas despesas passarem de um ano para o outro, como parte dos benefícios do **INSS** (Instituto N acionai do Seguro Social) referentes ao mês de dezembro, efetivamente pagos apenas em janeiro.

Os investimentos também são despesas frequentes nos restos a pagar, dado que sua realização depende de projeto, licenças e pode se prolongar por meses.

No entanto, o aumento expressivo de restos a pagar já esteve no passado associado a manobras do governo Dilma Rousseff (PT) para melhorar artificialmente a situação das contas públicas.

O time econômico da gestão petista pedalava despesas, o que se traduziu em um esqueleto bilionário que começou a ser regularizado em 2015.

Agora, o que chama a atenção é a baixa execução das emendas de relator, instrumento criticado por especialistas por sua baixa eficiência. Dos R$ 19,7 bilhões empenhados em 2020, R$ 12,7 bilhões foram inscritos em restos a pagar em 2021. Desse último valor, R$ 8,4 bilhões estão pendentes até hoje.

Uma proporção semelhante se repetiu na virada de 2021 para 2022. Dos R$ 16,7 bilhões empenhados, R$ 10,3 bilhões ficaram para serem quitados no futuro - valor que aumenta quando somado o passivo do ano anterior.

O empenho é a primeira fase do gasto público, em que o governo sinaliza seu compro misso de compra de um bem ou serviço. A liberação do dinheiro, porém, depende da entrega do que foi adquirido. Quando não

há comprovação de conclusão, o valor é inscrito em restos a pagar.

Na avaliação de técnicos, caso a baixa execução se mantenha, os volumes só irão se acumular ano a ano. Fontes do TCU não descartam um alerta para esse risco nas contas de governo.

O protagonista do aumento nos restos a pagar de emendas de relator é o Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho. A pasta também é uma das principais beneficiadas pelo instrumento, por concentrar uma série de investimentos de interesse dos congressistas.

Em2022, a conta herdada de anos anteriores pelo MDR ficou em R$ 10,6 bilhões, valor 78,6% maior do que em 2021 (R$ 6 bilhões). A pasta não havia respondido aos pedidos de esclarecimentos até a conclusão deste texto.

Também foram registrados aumentos nos Ministérios da Saúde e da Agricultura, mas em montantes menos significativos (alta de R$ 800 milhões em cada caso).

O Ministério da Saúde afirmou que os restos a pagar "são instrumentos da gestão orçamentária e financeira". "Vale lembrar que é natural alguma oscilação do volume de recursos inscritos em restos a pagar entre um exercício financeiro e outro", disse. A Agricultura não respondeu.

As emendas de relator são criticadas por especialistas por funcionarem como moeda de troca política. Mesmo consumindo fatia considerável do Orçamento, elas são distribuídas por meio de acordos selados entre o Palácio do Planalto e aliados no Congresso.

Além disso, elas financiam obras e outras ações de interesse dos congressistas, configurando muitas vezes uma despesa pulverizada, de baixa eficiência e não necessariamente alinhada à estratégia governamental.

O instrumento acabou tomando espaço de outras despesas do governo. Em 2022, por exemplo, Bolsonaro blindou as emendas de relator de qualquer corte, mesmo diante da necessidade de cortar quase R$ 9 bilhões para suprir necessidades de ministérios. O veto acabou sendo de apenas R$ 3,2 bilhões.

A economista Vilma Pinto, diretora da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, afirmou que um aumento nos restos a pagar de emendas de relator era esperado, dado que uma fatia importante dessa despesa é direcionada a investimentos, que costumam ter execução plurianual.

Mesmo assim, a especialista alertou para o risco de uma elevação significativa na fatura herdada de anos anteriores comprometer o quadro fiscal. "Você diminui sua disponibilidade para gastos correntes." Ela tambémchamoua atenção para o fato de a conta atual de restos a pagar ser superior, em valores nominais, ao pico observado em 2015 (R$ 228 bilhões), auge do esqueleto deixado pelas pedaladas fiscais. "É um volume expressivo que merece atenção."

Entenda

O que são restos a pagar?

Despesas do governo previstas no Orçamento de um ano, mas cuja execução fica pendente para ser concluída em exercícios seguintes. Cada RAP (restos a pagar) pode estar em fase inicial ou mais avançada da execução da despesa

Quais são as regras para quitar os restos apagar?

O RAP pode ser cancelado, reinscrito para o ano seguinte ou finalmente pago. A quitação do valor depende da existência de limites financeiros e de espaço no teto de gastos (cujo cumprimento é verificado pelo montante de despesas efetivamente pagas)

Há problemas em um volume alto de restos apagar?

O acúmulo de despesas de anos anteriores pode dificultar a gestão financeira dos ministérios, uma vez que eles precisam usar o espaço para gastos no ano para atender a demandas presentes e do passado. O TCU (Tribunal de Contas da União) já fez recomendações ao governo para reduzir o montante de RAP

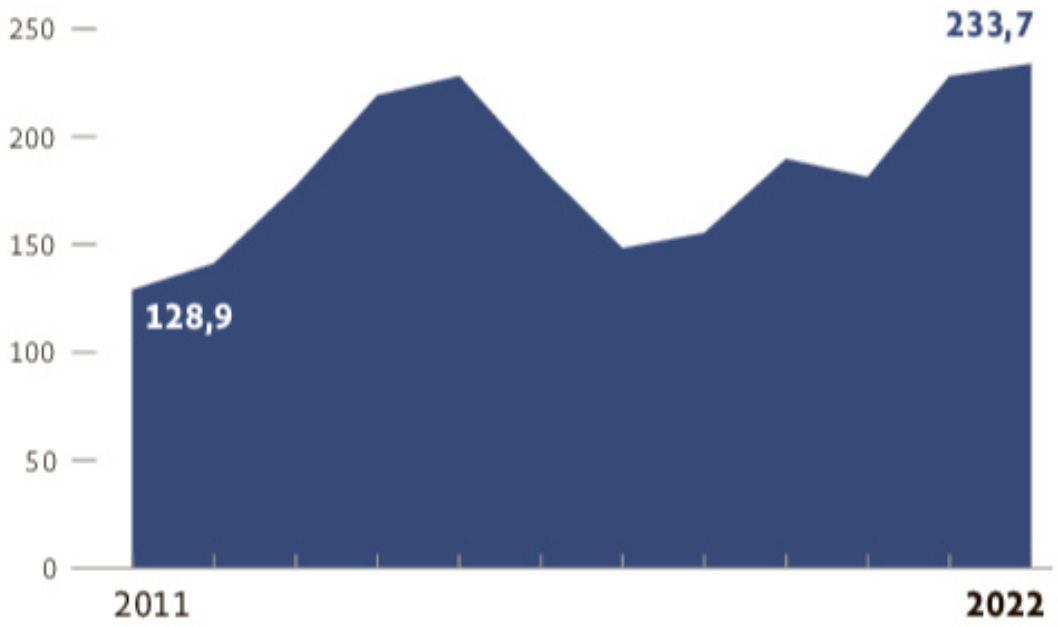
O que são as emendas de relator?

Instrumento criado pelo Congresso para ampliar o volume de recursos direcionados por aliados do governo a redutos eleitorais. Distribuídas de forma fragmentada e desigual entre congressistas, são consideradas um gasto de menor eficiência

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49829

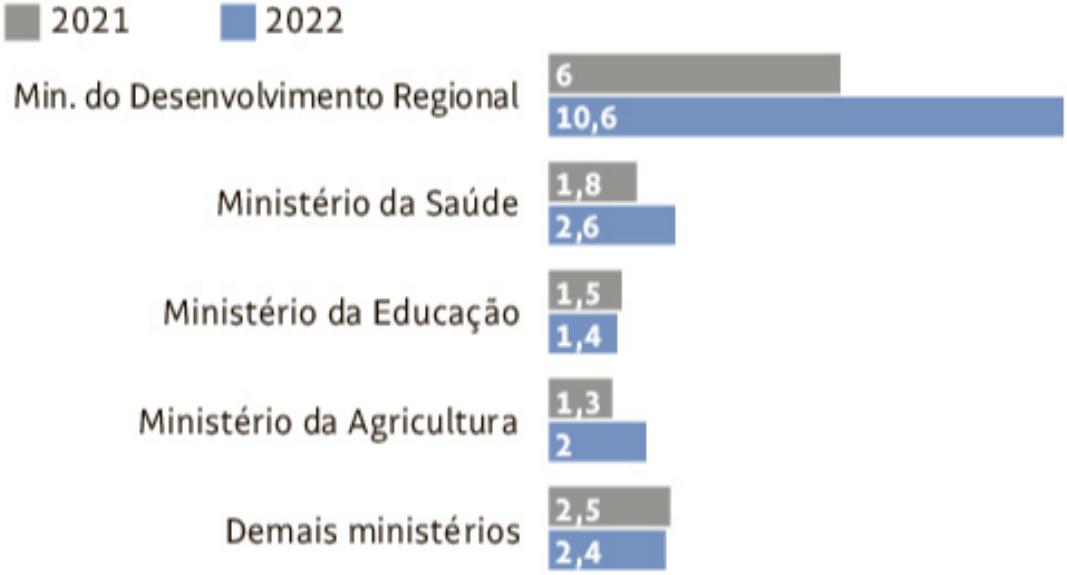
Evolução do estoque de restos a pagar

Em R$ bilhões



Estoque de restos a pagar referentes a emendas de relator e comissão

Em R$ bilhões



78,6%
foi o crescimento nominal dos restos a pagar de emendas de relator e comissão no MDR, entre 2021 e 2022

Fonte: Tesouro Nacional

Previdência privada vira novo foco de atração de clientes da XP

LUCIANA DYNIEWICZ

Repetindo o investimento em tecnologia que adotou nos últimos anos para avançar na área de investimentos, a XP pretende crescer no mercado de previdência privada e se transformar em uma das quatro maiores empresas do segmento até 2024 - hoje, é a sétima em ativos sob custódia. A companhia entrou há dois anos e meio na área, mas sua operação vem ganhando tração rapidamente.

O setor de previdência da XP fechou 2021 com R$ 32 bilhões em ativos sob custódia.

O valor é pequeno quando comparado ao da campeã do setor, a Brasilprev - que tinha, no fim do ano passado, R$ 318 bilhões. O que chama a atenção, porém, é a velocidade com que os clientes têm transferido seus recursos para a XP.

Pela portabilidade, a companhia captou R$ 16,9 bilhões em 2021. Depois dela, quem mais trouxe recursos de clientes de outras empresas foi o BTG Pactual, com R$ 3,5 bilhões.

A portabilidade representou 92% das captações da XP no ano passado. Isso significa que a empresa praticamente não está atraindo novos clientes para o segmento, mas que está atraindo a clientela alheia. Na comparação com 2020, a captação líquida da XP cresceu 103% e atingiu R$ 18 bilhões.

O movimento da XP chamou a atenção dos analistas do Citi já em julho. "Acreditamos que podemos estar vendo nos planos de previdência o que vimos há quatro ou cinco anos para os fundos de investimento no Brasil - a XP prejudicando (os concorrentes) com fluxos marginais no início e depois ganhando espaço", afirmaram os analistas Gabriel Gusan, Karina Salva Martins e Jörg Friedemann. Em janeiro, eles acrescentaram que a tendência se mantinha.

Os analistas do Citi destacaram ainda que a portabilidade na previdência tem crescido nos últimos anos, passando de entre R$ 2,5 bilhões e R$ 3 bilhões por mês, no fim de 2020, para perto de R$ 4 bilhões em 2021. O fluxo de recursos indo para a XP sai de forma distribuída de todas as grandes empresas do setor, diz um dos relatórios do banco.

PREVIDÊNCIA MODERNA. Sócio da XP responsável pela XP Seguros, Roberto Teixeira afirma que a companhia começou, sim, disputando clientes de previdência com as grandes concorrentes, mas frisa que agora pretende passar a atrair, também, novos recursos.

Além de clientes que já são da XP e têm previdência em outros bancos, a companhia também tem alavancado o segmento revendo o portfólio dos investidores.

"Muitas vezes tem cliente novo da XP que vai fazer uma alocação completa de investimentos e vemos que 20% deveriam estar na previdência", diz Teixeira.

Para o executivo, as mudanças regulatórias iniciadas em 2017 e intensificadas em 2020 ajudaram a XP a crescer rapidamente no segmento. Essas alterações incluem a possibilidade de aplicar 100% do capital em renda variável e a permissão para alocar recursos previdenciários no exterior.

Para que o ritmo de crescimento da XP Seguros continue ganhando tração, além do uso de tecnologia, Teixeira aposta no portfólio amplo de produtos, em parcerias com gestoras independentes, preços mais competitivos e educação financeira. "Queremos democratizar a previdência", diz.

Frase semelhante costumava ser dita pelo fundador da XP, Guilherme Benchimol, quando a empresa começava a concorrer com os bancos tradicionais em investimentos.

DESAFIO BANCÁRIO. Para o analista e diretor de renda variável da Eleven Research, Carlos Daltozo, o cliente que transfere sua previdência para a XP busca diversificar os investimentos, mas também costuma ter uma maior identificação com a casa.

Daltozo vê a companhia incomodando cada vez mais os grandes bancos. O maior desafio, segundo o analista, será a XP fortalecer seu canal bancário.

"O mercado de previdência depende muito desse canal para a venda de produtos. Claro que o agente autônomo tem se preparado para o segmento, mas a dependência (dos bancos) ainda é grande." CONCORRÊNCIA. Campeã do setor de previdência

privada, a Brasilprev também aposta na diversificação de produtos. "A empresa vem se movimentando para ampliar seu leque de produtos e atender as mais diversas necessidades dos clientes", diz o superintendente comercial da companhia, Mauro Guadagnoli.

A Brasilprev tem hoje fundos para investidores mais agressivos, em que 100% do capital é aplicado em renda variável e 40% no exterior, mas também produtos para quem não conhece o mercado. Entre esses, está o BrasilPrev Fácil, criado há dois anos para servir como porta de entrada para o segmento de **previdência complementar**, já que o cliente pode contratar por aplicativo e investir R$ 100 por mês.

Ao contrário de alguns grandes bancos, a BrasilPrev registrou captação líquida positiva no ano passado, de R$ 7,7 bilhões.

O valor, porém, foi inferior ao de 2020, quando atingiu R$ 15 bilhões.

Quando se analisa a portabilidade, a companhia acabou perdendo mais recursos do que atraindo, e ficou com um saldo negativo de R$ 5,6 bilhões - atrás apenas do Bradesco, que perdeu R$ 6,1 bilhões.

Guadagnoli afirma que esse resultado é natural, pois, como a empresa é líder em ativos sob gestão (tem R$ 318 bilhões, enquanto o segundo colocado, o Bradesco, detém R$ 237 bilhões), acaba sendo "alvo de ação dos concorrentes".

O executivo admite que o mercado deve ficar mais pulverizado nos próximos anos, conforme outras empresas ingressem no setor e ganhem força.

Procurado, o Santander informou ter mantido sua fatia de mercado em previdência em 2021. Itaú, Bradesco e Caixa não se pronunciaram.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

AVANÇO

XP Seguros teve captação de R$ 18,4 bilhões no ano passado

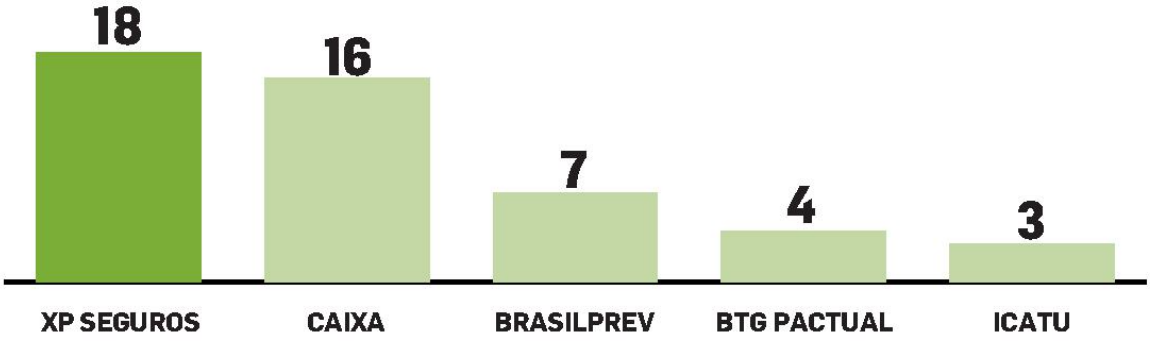
Total sob custódia

EM BILHÕES DE REAIS

PLANO DE PREVIDÊNCIA	DINHEIRO SOB CUSTÓDIA
BRASILPREV	318
BRADESCO	237
ITAÚ	210
CAIXA	110
SANTANDER	64
ICATU	45
XP SEGUROS	**32**
SAFRA	19
SULAMÉRICA	9
BTG PACTUAL	7

Captação líquida em 2021

EM BILHÕES DE REAIS



FONTES: XP E FENAPREVI / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Pacote de combustíveis' pode ficar para depois do carnaval

Renan Truffi, Edna Simão e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187147

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187147

INSS antecipa benefícios em cidades em estado de calamidade pública

Publicado em 22/02/2022 - 08:57 Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) publicou, no Diário Oficial da União de hoje (22), uma portaria que antecipa o cronograma de pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais a pessoas que têm residência ou domicílio bancário nos municípios de Canapi, em Alagoas, Teresina de Goiás, em Goiás, e Petrópolis, no Rio de Janeiro.

A medida, adotada enquanto perdurar o estado de calamidade pública nessas localidades, vale para o cronograma de pagamentos a partir de março. O valor corresponde a uma renda mensal do benefício devido, excetuados os temporários, mediante opção da pessoa (ou de seu procurador, tutor ou curador) entre os dias 25 de março e 31 de maio de 2022.

Só terão acesso aos efeitos da medida os beneficiários que, na data de reconhecimento do estado de calamidade pública, tinham residência ou domicílio bancário nessas localidades.

A identificação do beneficiário, para fins do pagamento, será feita na unidade bancária responsável pelo pagamento, após recebimento do Termo de Opção, disponibilizado por ato próprio da Diretoria de Benefícios (Dirben).

Caso a pessoa não conste da relação emitida pelo **INSS** às unidades bancárias pagadoras, ela poderá requerer a antecipação em qualquer agência da **Previdência Social**. A liberação do crédito será imediata, após a formalização, pela instituição financeira. Caso seja realizada por correspondente bancário, a liberação deverá ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis.

A prestação desse serviço pelos agentes pagadores é gratuita, e os créditos não realizados até o final de sua validade serão devolvidos ao **INSS** pelos agentes pagadores, devidamente corrigidos.

De acordo com a Portaria nº1.420, a antecipação desses valores deverá ser ressarcida em até 36 parcelas mensais fixas, "mediante desconto no benefício ordinariamente devido, a ser iniciado a partir do terceiro mês seguinte ao da antecipação, sem qualquer custo ou correção monetária".

Ainda segundo a portaria, no caso de benefícios cuja cessação esteja prevista para ocorrer em data anterior à 36ª parcela, a quantidade de parcelas deverá ser adequada, "de modo a propiciar a quitação total da antecipação ainda na vigência dos referidos benefícios".

Já no caso de a cessação do benefício ocorrer antes da quitação total do valor antecipado, "deverá ser providenciado o encontro de contas entre o valor devido pelo beneficiário e o crédito a ser recebido, nele incluído, se for o caso, o abono anual".

Está prevista a publicação, pela Dirben, de um ato próprio detalhando como serão os procedimentos a serem adotados para a operacionalização dos requerimentos de antecipação dos benefícios previstos na portaria.

Site: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/inss-antecipa-beneficios-em-cidades-em-estado-de-calamidade-publica

Polarização impõe barreiras no xadrez partidário - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Considerando o quadro partidário a oito meses da eleição, permanecem remotas as possibilidades de romper a polarização entre Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Ambos contam com bancadas relevantes no Congresso e estão em condições de negociar apoios decisivos para assegurar uma base aliada consistente no Legislativo e consolidar alianças pelos estados. O PT conta com 53 deputados federais e constitui, assim, a segunda maior bancada da Câmara. O PL, legenda que abriga o presidente da República, soma 43 parlamentares com chances reais de mais adesões a partir de abril, quando se encerra o período de janela partidária. Fora dos corredores do Congresso, o PT e o PSB enfrentam problemas para definir os palanques regionais. Mas esses impasses também ocorrem com as outras legendas. E se torna mais dramática para os pré-candidatos que estão na rabeira da corrida eleitoral.

Na conjunção das forças políticas para a eleição de outubro, legendas tradicionais como o MDB e o PSDB enfrentam dificuldades em obter musculatura para seus candidatos ao Planalto. Mais do que o apoio interno, tanto a senadora Simone Tebet quanto o governador João Doria precisam ampliar o leque de alianças a fim de se tornarem competitivos para o primeiro.

Embora ocupem campos opostos no espectro político, Ciro Gomes e Sergio Moro compartilham uma situação complicada. Empatados em terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, os presidenciáveis do PDT e do Podemos estão, até o momento, em um caminho restrito de alianças.

Ante o exposto, há razões para crer ? e isso não é nada bom ? que a disputa de outubro tende a ficar limitada entre o antipetismo e o antibolsonarismo.

Bônus militar

O presidente Jair Bolsonaro editou decreto que modifica regras relacionadas a militares da reserva que voltam a atuar na ativa. O decreto 10.973, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, prevê, entre outros pontos, que o militar da reserva designado para o serviço ativo terá "os direitos e os deveres previstos na legislação nas mesmas condições dos militares em serviço ativo". O texto estabelece que esse grupo de militares poderá receber adicional de permanência, um "bônus" pago a servidores que já atingiram o tempo para a aposentadoria (ou transferência para a reserva), mas continuam trabalhando.

Modelo Anvisa

Com diversos atritos com a cúpula da Polícia Federal, o presidenciável Sergio Moro pretende defenderá, em seu governo, a independência funcional do diretor-geral da PF. A ideia é seguir o modelo adotado pelas agências reguladoras. O chefe da corporação teria mandato fixo, de modo a impedir pressão política, e seria sabatinado pelo Senado. O tema está sendo debatido por uma comissão de profissionais do Direito que preparam uma proposta para segurança, combate à corrupção e reforma do Judiciário.

Governo digital

O governo federal lançou três plataformas digitais para atender cidadãos, **servidores públicos** e gestores de entidades sem fins lucrativos. São elas: Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos (Sindh); Portal das Organizações da Sociedade Civil (Portal OSC); e Escola Federativa. A primeira, sob responsabilidade da ministra Damares Alves, reúne diferentes sistemas mantidos pela pasta no âmbito de direitos humanos. As outras duas plataformas estão sob a pasta da ministra Flávia Arruda e oferecem, entre outros serviços, capacitação para entidades do terceiro setor e **servidores públicos**.

Cassino Brasil

A Câmara dos Deputados pode votar hoje o projeto de lei que legaliza os jogos no Brasil, como cassinos, bingos e jogo do bicho (PL 442/91). A proposta também abre a possibilidade de estados explorarem jogos lotéricos. Segundo o substitutivo do deputado Guilherme Mussi (PP-SP), aprovado por comissão especial em 2016, os cassinos deverão obrigatoriamente ser instalados em resorts, como parte de complexo integrado de lazer. Se virar lei, haverá anistia a todos os acusados de exploração de jogo ilegal nas modalidades legalizadas, extinguindo automaticamente os processos a partir da publicação da futura lei.

Desafinados

Não anda amistosa a relação entre artistas da música e candidatos. A decisão da Justiça do Rio de condenar o governador do Rio Grande do Sul a pagar uma indenização de R$ 40 mil ao cantor Chico Buarque por uso indevido da imagem indica que a classe artística está atenta. No despacho, a juíza Ingrid Charpinel Reis ressaltou que a peça publicitária de Leite "não se alinha" às posições políticas de Buarque.

Contratempo

O advogado do cantor pôs o dedo na ferida. "Não vem ao caso a demagogia de quem fez campanha para eleger um presidente autoritário e agora prega diálogo. A lei é clara e não se trata de uma escolha. Difícil é entender como marqueteiros caríssimos não se atentem ao pré-requisito básico de qualquer campanha publicitária: ter autorização do artista para utilizar seu nome e sua imagem", escreveu João Tancredo.

Transparência eleitoral

O Google pretende lançar neste semestre um instrumento para deixar a disputa eleitoral às claras. Trata-se do Relatório de Transparência de Publicidade Política. A página, atualizada em tempo real, indicará quem está promovendo campanhas eleitorais por meio das plataformas de publicidade do Google, como o Google Ads e o Display Video 360.

Siga o dinheiro

O relatório permite acessar, por exemplo, informações sobre as empresas ou pessoas físicas que pagaram por anúncios eleitorais e quanto dinheiro foi pago por aquele anúncio.

Bolsonaro diz que avalia aumento para a PRF

Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sinalizou ontem, durante discurso na solenidade de lançamento do Agenda Brasil para Todos, que deverá aprovar o aumento salarial da Polícia Rodoviária Federal (PRF), mas sem revelar quando. O evento ocorreu no Palácio do Planalto. O chefe do Executivo convidou os 27 superintendentes regionais da corporação ao palco, pediu a compreensão das demais categorias e servidores e citou números de operações e apreensões da corporação como justificativa para a possível medida.

Bolsonaro já havia dito que decidiria se haveria ou não o aumento de salário dos policiais até o mês de março e também chegou a dizer que o reajuste poderia ficar para 2023, caso as demais categorias, que também reivindicam o aumento, não abrissem mão do pleito.

"Além de um trabalho de prevenção que a PRF faz nas pistas de todo o Brasil, em muitos momentos, nós sabemos que, após um acidente ou um incidente, eles são os primeiros a chegar, e é aquela mão amiga, um conforto inicial de, num momento de tristeza, de aflição, termos um ser humano do nosso lado, não interessa o horário em que isso aconteça", completou.

"Mas também, falar um pouco de números da nossa, da sua PRF Desde 2019, a PRF apreendeu 1.870 toneladas de drogas. Isso equivale a 600 carretas carregadas de drogas que não foram consumidas no Brasil. Isso tem a ver com política de direitos humanos. Que só quem vê uma família que tem um filho no mundo das drogas sabe o suplício e o sofrimento dessa família."

"Também a nossa PRF ao longo desses últimos três anos, deteve 130 mil criminosos. Um número realmente fantástico e também para quem já teve um veículo furtado ou roubado, eu já tive. Eles apreenderam ao longo desses três anos 31 mil veículos, um número realmente fantástico, o que vem demonstrar o zelo que eles têm na pista ao zelar pelo patrimônio de outros", disse.

Em seguida, o presidente emendou: "O prejuízo dado ao tráfico equivale a R$ 23 bi. São números que por si só nos mostram a importância da PRF, o valor e o apreço que eles merecem da nossa parte. É uma instituição séria, como outras que nós temos no Brasil, mas que realmente faz um trabalho excepcional para a nossa sociedade e nós temos que valorizar os nossos profissionais. Eu espero que a sociedade entenda que isso deva ser feito".

Por fim, Bolsonaro caracterizou a pandemia como um momento difícil e disse que "quem puder salvar na frente, a gente salva e espera a compreensão das demais categorias, dos demais servidores do Brasil". "Vivemos um momento difícil com a pandemia, onde lamentamos todas as mortes, mas também sofremos um baque na economia. E algumas categorias, ou melhor, todas as categorias merecem ser valorizadas. O que nós procuramos a fazer? Quem nós puder (sic) salvar na frente, a gente salva e espera a compreensão das demais categorias, dos demais servidores do Brasil. O que nós queremos é reconhecer o trabalho de todos e a nossa PRF está incluída nesse rol que merece esse reconhecimento", concluiu, sob salva de palmas.

PROGRAMAS Durante o evento de lançamento do Agenda Brasil para Todos foram lançados o Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos (SIN-DH), o Portal das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e a Escola Federativa.

A solenidade ainda contou com a presença da ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Flávia Arruda, da Secretaria de Governo da Presidência da República (SeGov), e a primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Segundo a pasta, o SINDH é uma iniciativa do Ministério da Mulher, que visa unificar as informações sobre as políticas públicas de direitos humanos. O usuário pode conhecer, participar e acessar as políticas de direitos humanos, além de solicitar adesão ou inscrição nas iniciativas que possam ser

implementadas em seu município ou estado.

O Sistema é composto pelo Portal de Conteúdos em Direitos Humanos, o Sistema Nacional de Direitos Humanos, o Sistema Integrado da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e a Plataforma de Interação Social em Direitos Humanos. No Portal de Conteúdos em Direitos Humanos, o usuário encontra publicações editoriais e materiais audiovisuais produzidos pelo MMFDH e seus parceiros. Já no Sistema Nacional de Direitos Humanos, é possível o cadastro de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, para adesão às políticas desenvolvidas pela pasta.

O Sistema Integrado da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos é a plataforma oficial do governo federal para recebimento, registro, tratamento e encaminhamento de denúncias de violação de direitos humanos. Nele estão a Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180 e o Disque Direitos Humanos - Disque 100. O Portal da OSCs, da SeGov, centraliza a oferta de informações relevantes para as organizações, como links para capacitações gratuitas sobre recursos, legislações e chamamentos públicos, incluindo a publicação do "Guia básico para captação de emendas parlamentares individuais".

Já a Escola Federativa é uma estrutura que agrega conteúdos gratuitos para a capacitação de **servidores públicos** e agentes políticos municipais, com a promoção de cursos, seminários e oficinas, além de atividades de intercâmbio de boas práticas de governança e gestão. O intuito é melhorara formulação de políticas públicas para todos os brasileiros.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/02/2022/p1

Registro de novas armas de fogo por civis bate recorde

RENATA MARIZ renata.mariz@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Senado faz bem em priorizar PEC da reforma tributária (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

O cavalo selado das contas públicas (Artigo)

PAULO HARTUNG E BRUNO FUNCHAL

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Reforma tributária em pauta na CCJ

MARINA PAGNO marina.pagno@gruporbs.com.br

Na volta do recesso parlamentai; no início de fevereiro, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), colocaram como prioridade para o ano o encaminhamento das propostas de reformas que tramitam no Congresso.

Uma delas, a **reforma tributária**, foi colocada na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado desta semana.

O relatório final da proposta de emenda à Constituição (PEC) deve ser lido pelo senador Rena to Rocha (PSDB-MA) na sessão de amanhã.

A PEC unifica a cobrança de **tributos** em um imposto só, o chamado Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será dividido em dois e terá um sistema eletrônico de cobrança.

Um será responsável por unir o PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o outro, batizado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), juntaria o ICMS, imposto estadual, com o ISS, recolhido pelos municípios.

Caso o texto final da PEC seja aprovado na CCJ, será diretamente levado ao plenário do Senado no mesmo dia, segundo prometeu Pacheco.

Site: https://gauchazh.clicrbs.com.br/

Com prejuízos de mais de R$ 100 mil, comerciantes querem ajuda

Matheus Rocha

Comerciantes que perderam equipamentos e mercadorias nas chuvas que devastaram Petrópolis relatam prejuízos de mais de R$ 100 mil e dizem que estão recebendo poucas informações da prefeitura sobre eventual auxílio financeiro. Em meio ao cenário de incertezas, as contas vão chegando, aumentando ainda mais a angústia dos empreendedores.

É essa a situação da comerciante Ana Cristina Moreira, que administra com o marido uma loja de materiais de construção há mais de 20 anos. "A gente depende dessa loja. O nosso sustento sai daqui. Meu marido trabalha de domingo a domingo nela. Estamos incertos e sem saber o que fazer" afirmou.

Ela diz que a única certeza que tem é a vontade de reerguer o estabelecimento, cujas mercadorias foram levadas pelas águas durante o temporal. Moreira calcula que o prejuízo passe dos R$ 100 mil.

"Não tivemos tempo de salvar nada. No dia e na véspera da chuva tinha chegado mercadoria, cimento e foi tudo embora. A gente chegou a chorar e pensar em desistir, mas a gente depende disso aqui. Não temos outra fonte de renda", disse.

De acordo com uma pesquisa feita pelo IFec RJ (Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises), as chuvas na cidade causaram um prejuízo de mais de R$ 78 milhões ao comércio local. Segundo o estudo, 65,8% dos comerciantes tiveram perda ou queda de faturamento e 32,4% tiveram seus estabelecimentos ou depósitos alagados. O levantamento ouviu 245 comerciantes entre 16 e 17 de fevereiro.

Já a Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) estima que o **PIB** (Produto Interno Bruto) de Petrópolis deve sofrer perdas de R$ 665 milhões por causa dos estragos provocados pela chuva.

Os empresários que já têm alguma previsão de reabertura disseram que levará em média 13 dias para isso acontecer. U m em cada três entrevistados, porém, não sabe dizer quando poderão reabrir seus estabelecimentos. A Firjan ouviu 286 empresas entre os di -as 16 e 18 de fevereiro.

Para diminuir as incertezas, Ana Cristina diz precisar de respostas das autoridades, algo que, segundo ela, está demorando a chegar. "Tem que ter ajuda e incentivos da prefeitura, porque senão a gente não sabe como vai fazer", afirma. "Está faltando uma resposta rápida e informações, porque a gente perdeu tudo." Avaliação parecida faz a comerciante Rosenilda Câmara Xavier, 43. "Está faltando informação da prefeitura. Hoje, a gente não teve nada em relação ao que a gente deve fazer. Acredito que eles estão fazendo algum plano. O comércio precisa saber o que vai ser feito para que a gente tenha uma direção. O que o governo vai oferecer para a gente?" indaga.

Proprietária de um pequeno estúdio de pilates, ela diz que a chuva afetou principalmente a parte elétrica do estabelecimento. "A princípio, a gente não sabe ainda qual foi o maior prejuízo, porque a gente está tentando se reestabelecer ainda. Mas acredito que metade do meu estúdio foi bem comprometida", afirma ela, que estava tirando lama do estúdio na manhã de domingo (20).

"O que posso dizer é que o microempreendedor está em uma situação de incertezas. A gente tem que ver quais vão ser os recursos que vão vir junto aos órgãos públicos e o que o prefeito vai fazer por toda essa cadeia", afirma ela.

Em no ta, a Prefeitura de Petrópolis diz que está levantando informações de empresários que sofreram prejuízos durante as chuvas de terça-feira. "O objetivo é fazer um diagnóstico preciso do impacto financeiro sofrido pelos comerciantes, para que assim o município possa buscar formas de recuperar o setor' Além disso, a prefeitura diz que estuda a prorrogação, redução e a isenção de **tributos** municipais, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS

(Imposto Sobre Serviços).

Na semana passada, o governador Cláudio Castro (PL) sancionou uma lei estabelecendo uma linha de crédito de R$ 50 mil a R$ 500 mil a micro, pequenas e médias empresas atingidas pelos temporais.

Os empresários terão até 12 meses de carência antes de começar a pagar o empréstimo. O crédito emergencial pode ser solicitado no site https:/"" www.agerio.com.br/credito-emergencial.

Total de mortos sobe para 181; ao menos 110 desaparecidos Seis dias após uma forte chuva ter castigado Petrópolis, a cidade conta ao menos 181 pessoas mortas em razão da tragédia, sendo 110 mulheres e 71 homens, segundo informações da prefeitura. Do total, 32 são menores de idade.

Segundo a Polícia Civil, há pelo menos 110 desaparecidos.

Das 165 vítimas identificadas, 152 foram liberadas e encaminhadas à funerária. Até o início da noite deste domingo (20), 114 pessoas foram sepultadas no cemitério da cidade. Os enterros começaram na quarta-feira (16), quando a pequena Evelyn Luiza Netto da Silva, 11, foi sepultada.

Para enterrar as vítimas da tragédia, a prefeitura abriu novas covas rasas (menos profundas e mais baratas) e descartou um grande enterro coletivo "para respeitar a programação das famílias".

As famílias que perderam entes queridos se concentram no IML (Instituto Médico Legal) de Petrópolis, onde uma funcionária lê numa lista os nomes dos corpos que já foram liberados.

Em razão do estado em que alguns corpos chegaram à unidade, o processo de liberação pode durar dias. Isso porque, em alguns casos, é preciso fazer exames de DNA e papiloscópicos para ter a identificação. Segundo a Polícia Civil, há um mutirão formado por peritos legistas e criminais, papiloscopistas, técnicos e auxiliares de necropsia para dar celeridade ao trabalho.

Entre terça-feira e domingo, a Defesa Civil registrou 1.399 ocorrências por causa das chuvas, das quais 11.63 foram por deslizamentos.

Em razão dessas ocorrências registradas, 867 pessoas tiveram que deixar suas casas e procurar abrigo nos 13 pontos de apoio disponibilizados pela prefeitura, que também reforçou as equipes que atuam nos hospitais públicos e privados da cidade. Até este domingo, 197 pessoas foram socorridas em seis unidades hospitalares da cidade.

O município de Petrópolis revive agora um desastre que já viveu de maneiras parecidas em ao menos dois verões, em 1988 eem2ou.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49829&anchor=6450488&pd=3d1289935cd5a037ec457106ea5da43f

Relator rejeita redução de tributos federais sobre diesel e gás de cozinha

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO-15/2/2(

DANIEL WETERMANO

O relator do pacote dos combustíveis no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), rejeitou a inclusão de uma proposta para zerar a cobrança de **impostos** federais sobre o diesel e o gás de cozinha (GLP). A decisão frustra os planos da equipe econômica do governo, que busca uma alternativa para tentar baixar os preços dos combustíveis, uma das prioridades do presidente Jair Bolsonaro em busca de reeleição.

O projeto continua tratando apenas de mudanças na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos Estados.

O texto está pautado para amanhã no plenário, mas, como mostrou o Estadão/Broadcast, a votação pode ser adiada para março (ler abaixo).

A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), aliada do governo, apresentou uma emenda para zerar a cobrança de PIS e Cofins sobre óleo diesel, biodiesel e GLP até 31 de dezembro de 2022 e dispensar a compensação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a desoneração, a pedido da equipe econômica. Na última quinta-feira, o relator chegou a falar ao jornal O Globo que incluiria a proposta no projeto, mas, em parecer protocolado no sábado, rejeitou a emenda.

"Deixamos de acolher a Emenda nº 6, por entender que a dispensa das exigências fiscais da LRF e da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nela veiculada extrapola o propósito desse projeto. Ademais, representa um risco de que a redução dos preços obtida pela racionalização dos **tributos** sobre os combustíveis seja consumida pela desvalorização do real causada pela redução da confiança do mercado na gestão fiscal brasileira", escreveu o relator na justificativa.

O senador aceitou outras alterações no projeto, incluindo a obrigatoriedade de cobrança das alíquotas do ICMS por litro de combustível, e não mais pelo preço final do produto.

Além disso, ele incluiu o etanol anidro e o GLP no modelo de cobrança monofásica do imposto, instituído pelo projeto.

Na versão anterior, apenas gasolina, diesel e biodiesel estavam incluídos na medida.

De acordo com a proposta, os Estados terão liberdade para definir a tributação. Ainda assim, os secretários estaduais de Fazenda são contra o projeto porque uma cobrança uniforme poderia aumentar a carga tributária em alguns Estados.

Além disso, há temor de queda de arrecadação com a cobrança monofásica, em apenas uma etapa da comercialização.

FRUSTRAÇÃO. Sem espaço no Orçamento para cortar mais despesas, a equipe do ministro Paulo Guedes queria o afastamento da LRF nesse ponto, o que permitiria reduzir **tributos** sobre os combustíveis sem compensação. O Ministério da Economia insistirá para incluir a proposta de zerar a cobrança de **impostos** federais sobre o diesel e o gás de cozinha, sem necessidade de compensação, no projeto do Senado.

Conforme fontes do ministério, a medida representa uma renúncia de R$ 19,5 bilhões por ano, incluindo a retirada dos **impostos** para o diesel e o botijão do gás de cozinha de até 13 quilos.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Forças de segurança em greve

GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Manifestantes durante passagem pela Praça Sete: segundo os organizadores, mais de 20 mil pessoas, entre profissionais e familiares, participaram do protesto: adesão às paralisações será definida por cada categoria

FOTOS: EDÉSIO FERREIRA/EM/D.A PRESS

Contra a recomendação dos organizadores, alguns policiais compareceram armados às manifestações, o que é proibido por lei

JUAREZ RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Caixões simbólicos foram levados às ruas, simbolizando o governador e o secretário-geral do Executivo

MARCELO SANT'ANNA/EM/D.A PRESS

Guilherme Peixoto, Mateus Parreiras e Matheus Muratori, Roger Dias

Integrantes das forças de segurança de Minas Gerais fizeram protesto ontem, em Belo Horizonte, para cobrar a reposição salarial das perdas causadas pela **inflação**. Os agentes aprovaram entrar em greve. A ideia é encerrar a paralisação apenas quando o governador Romeu Zema (Novo) enviar, à Assembleia Legislativa, projeto de lei (PL) para viabilizar o reajuste. A tendência é que, ainda nesta semana, policiais civis, militares, agentes penais e trabalhadores socioeducativos façam reuniões individualizadas, dentro das categorias, para definir os próximos passos do movimento.

O ato começou na Praça da Estação, no Centro da capital mineira. De lá, os participantes da passeata marcharam rumo à Praça da Assembleia, na Região Centro-Sul; depois, partiram para a Praça Sete. Nas mãos, cartazes cobrando a recomposição inflacionária e repudiando o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), pacote de ajuste econômico tido no governo como esperança para aliviar as finanças, mas visto pelo funcionalismo com receio por possíveis impactos nos vencimentos. Nos coldres de alguns, a reportagem do Estado de Minas flagrou armas, embora a Constituição Federal afirme que policiais não podem portar revólveres em manifestações.

Apesar de se programarem para definir, caso a caso, como as forças de segurança vão engrossar a paralisação, há crença em encontro com representantes do Poder Executivo para resolver de pronto o impasse. "A gente espera que, antes que isso (o avanço da paralisação) ocorra, o governo nos receba" disse o subtenente Heder Martins de Oliveira, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (Aspra-MG). Organizadores do protesto de ontem estimaram a presença de mais de 20 mil pessoas nas ruas de Belo Horizonte.

PACTO DE REPOSIÇÃO Em novembro de 2019, representantes das forças de segurança, integrantes do governo estadual e deputados assinaram acordo sobre a recomposição salarial. O pacto previa a reposição das perdas inflacionárias em três parcelas: 13% foram repostos em julho de 2020; em setembro de 2021, seriam acrescidos mais 12%; a última parcela, também de 12%, estava prevista para setembro deste ano. Em que pese a costura, alegando inconstitucionalidade, Zema vetou o segundo e o terceiro reajustes. Apenas a primeira fatia, de 13%, entrou na conta dos agentes. O projeto que tratava do tema foi o mesmo a receber emenda estendendo a

reposição salarial a todos os servidores. Quando barrou o aumento geral, o governador também retirou do texto as parcelas prometidas às polícias para 2021 e 2022.

O político do Novo, aliás, foi o alvo preferido dos agentes. Eles percorreram o Centro de BH sob o som de gritos de ordem como "Se o Zema não pagar, a polícia vai parar". Ele e o secretário-geral de Governo, Mateus Simões, tiveram os rostos retratados em caixões simbólicos. As urnas funerárias que os "representavam" chegaram a ser chutadas e vilipendiadas pelos mais exaltados.

LEGALIDADE EM QUESTÃO A Constituição Federal impede que policiais militares e componentes das Forças Armadas façam greve. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) estendeu o veto aos policiais civis. Em meio às incertezas que rondam a legalidade do movimento em alguns setores da segurança, os agentes pensam em soluções alternativas. Na Polícia Militar, por exemplo, uma das possibilidades é a chamada "operação-padrão". Após o aval à greve, alguns servidores deixaram grupos de WhatsApp ligados ao trabalho -como, por exemplo, os fóruns de conversa com moradores de áreas com patrulha residencial.

"Todos os policiais assumem inúmeros riscos que não estão previstos no regulamento. Tudo o que não for obrigatório por lei, o policial militar não precisa se submeter a fazer", explicou o deputado federal Junio Amaral (PSL), presente à manifestação. "O que vai fazer a polícia retomar as suas atividades é o projeto de lei fazendo a recomposição das perdas inflacionárias", garantiu o deputado estadual Sargento Rodrigues (PTB), afirmando que Zema não pode continuar "teimando" a respeito do tema.

Segundo Heder Martins, os efeitos da paralisação podem ser sentidos em cascata. "Não adianta nada a Polícia Militar prender se a delegacia estiver fechada. Não adianta nada a Polícia Militar fazer condução se a Polícia Civil não estiver funcionando com escrivão e perito. Não adianta ir a um local de homicídio ou acidente se o Instituto Médico-Legal (IML) não estiver funcionando. Ainda que a Polícia Militar não faça literalmente uma greve, vai encontrar dificuldades de fazer sua missão constitucional, porque o resto não funciona", avaliou.

APOIO PARLAMENTAR Quando a manifestação chegou à porta do Palácio da Inconfidência, sede do Parlamento estadual, representantes dos agentes foram recebidos pelo presidente da Assembleia, Agostinho Patrus (PV). Ele recebeu documento com as reivindicações do grupo. O deputado teceu críticas indiretas a Zema e disse enxergar o caso como "contrassenso" à história do estado. "Minas, que sempre foi do diálogo, sempre se sentou à mesa e foi exemplo para o Brasil nesses momentos, vive, hoje, momento triste, em que não há diálogo".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), classificou a manifestação dos agentes de segurança em Belo Horizonte como "legítima e de direito". Pelas redes sociais, ele cobrou que o governo de Minas Gerais esteja aberto a negociar com os manifestantes. "É dever do governo do estado ouvi-las (as reivindicações) e estar aberto à negociação. Espero que as partes mantenham a ordem, a paz e a civilidade", publicou Pacheco.

Outro senador da bancada mineira que saiu em defesa dos agentes de segurança foi Alexandre Silveira (PSD). "É muito grave um governo não cumprir um acordo que foi fruto de diálogo e chegou a ser registrado, divulgado por toda a imprensa. É uma quebra de confiança inaceitável por parte do estado que deveria ser o primeiro a dar o exemplo".

Segundo policiais, o descumprimento do acordo entre Zema e a categoria só é debatido em audiências públicas convocadas pela bancada da segurança no Legislativo. "Fora isso, (o governo) nunca recebeu parlamentares federais e estaduais ligados à área da segurança pública e, muito menos, sindicatos e associações", assegurou Heder Martins.

RECUPERAÇÃO FISCAL O governo, por sua vez, se ampara na recuperação fiscal para renegociar dívida de R$ 140 bilhões com a União. Para aderir ao ajuste fiscal, é preciso obter aval da Assembleia Legislativa, mas as contrapartidas que servidores receiam também causam temores em deputados estaduais, que se preocupam com a possibilidade de redução de investimentos em políticas públicas.

Diante da resistência encontrada em parte dos parlamentares, a base aliada a Zema ainda não conseguiu colocar a proposta em votação. "A renegociação da dívida bilionária com a União, por meio do plano de recuperação fiscal, permitirá uma nova recomposição dos salários dos profissionais de segurança. Continuamos em busca de outras alternativas para fazer a reposição das perdas inflacionárias", informou o governo mineiro.

Liminares judiciais impedem o pagamento da dívida, mas o governo teme que o Supremo Tribunal Federal (STF) casse as medidas cautelares se Minas Gerais não ingressar no RRF até abril. Se isso ocorrer, o Executivo calcula ter de desembolsar, de imediato, cerca de R$ 40 bilhões.

"O governo quer um cheque em branco. Se aprovar o

Regime de Recuperação Fiscal, acabou. Não tem mais nada a fazer. Você não emenda o acordo", pontuou Heder Martins. "O Regime de Recuperação Fiscal é o fim do servidor público. Não só da PM ou da segurança pública", emendou o subtenente.

Memória

Morte marcou parada pioneira em 1997

A confirmação do início de greve das forças de segurança de Minas Gerais na tarde de ontem traz à memória outro importante ato do grupo, há quase 25 anos - marcado pela morte de um soldado em serviço. Em junho de 1997, policiais militares de quatro batalhões deram início à primeira greve declarada na categoria em todo o país, na busca pelo reajuste salarial das patentes menores da corporação.

O principal ponto de partida da greve foi uma ação judicial movida pelos delegados de polícia requerendo isonomia salarial com promotores de Justiça. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a isonomia em relação aos defensores públicos, que, na prática, determinava o pagamento de 33% de reajuste, em três parcelas, aos delegados. Em contrapartida, os policiais com salários menores não receberiam aumento, o que gerou enorme insatisfação entre eles.

Paralelamente ao conflito, a morte do cabo Glendyson Hércules de Moura Costa, baleado por um criminoso na capital, deu início a uma série de atos organizados por policiais com patentes menores. Os militares queimaram colchões e outros objetos no interior dos Batalhões de Choque e do 22° Batalhão de Polícia Militar. O ato foi minorado pelo comando da corporação. Nos seguintes, os policiais se apresentavam aos quartéis, mas não atuavam nas ocorrências - o movimento foi chamado de "greve branca".

O governador da época, Eduardo Azeredo (PSDB), precisou adiar uma viagem à Europa para cuidar das negociações e pediu à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para dar aumento aos policiais por meio de decreto. Mas os militares não aceitaram a proposta encabeçada pelo governo e saíram em passeata às ruas. O ato contou com a presença de 5 mil manifestantes, que passaram por pontos como a Praça Sete e a rodoviária e seguiram até o Palácio da Liberdade. O grupo também tentou invadir o Comando de Polícia Militar (Copom).

O ponto mais tenso ocorreu quando o cabo Valério dos Santos Oliveira foi atingido com um tiro na cabeça durante o ato. Foi necessária a intervenção do Exército para acalmar os ânimos -três carros blindados chegaram à capital para reforçar o contingente. Logo, o governo reabriu negociações, com a expectativa de apresentar nova proposta. O policial Wedson Campos Gomes, acusado de atirarem Valério, que estava em serviço, foi preso e condenado a oito anos de reclusão.

Depois de negociações, o policiamento começou a voltar ao normal em BH.

O governo anunciou reajuste salarial de 48,2% para soldados, cabos, sargentos e subtenentes da PM e para detetives da Polícia Civil, encerrando de vez o movimento grevista, que durou, ao todo, 14 dias.

A crise da PM de Minas Gerais se estendeu a outros estados, como Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pará, Piauí, Amazonas, Paraíba e Santa Catarina, que também viveram conflitos entre a corporação e o estado na busca por melhores salários.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/02/2022/p1

REIVINDICAÇÕES

Confira o que os policiais querem

» Recomposição salarial das perdas inflacionárias com base em acordo de 2019

» Os termos do acordo:
» Reposição em três parcelas
1) 13% em julho de 2020 (paga)
2) 12% em setembro de 2021 (vetada)
3) 12% em setembro de 2022 (vetada)

» Como o governo espera arcar com o reajuste?
» Aprovar, na Assembleia, o ingresso ao Regime de Recuperação Fiscal

» O que agentes de segurança temem com o RRF?
» Congelamento salarial e diminuição de investimentos no funcionalismo

IMPASSE

Em dia de protestos, policiais civis, militares, agentes penais e socioeducativos aprovam paralisação por reajuste salarial. Governo condiciona reposição a aval para ajuste fiscal

Forças de segurança em greve

GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Manifestantes durante passagem pela Praça Sete: segundo os organizadores, mais de 20 mil pessoas, entre profissionais e familiares, participaram do protesto: adesão às paralisações será definida por cada categoria

FOTOS: EDÉSIO FERREIRA/EM/D.A PRESS

Contra a recomendação dos organizadores, alguns policiais compareceram armados às manifestações, o que é proibido por lei

JUAREZ RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Caixões simbólicos foram levados às ruas, simbolizando o governador e o secretário-geral do Executivo

GUILHERME PEIXOTO, MATEUS PARREIRAS E MATHEUS MURATORI

Integrantes das forças de segurança de Minas Gerais fizeram protesto ontem, em Belo Horizonte, para cobrar a reposição salarial das perdas causadas pela inflação. Os agentes aprovaram entrar em greve. A ideia é encerrar a paralisação apenas quando o governador Romeu Zema (Novo) enviar, à Assembleia Legislativa, projeto de lei (PL) para viabilizar o reajuste. A tendência é que, ainda nesta semana, policiais civis, militares, agentes penais e trabalhadores socioeducativos façam reuniões individualizadas, dentro das categorias, para definir os próximos passos do movimento.

O ato começou na Praça da Estação, no Centro da capital mineira. De lá, os participantes da passeata marcharam rumo à Praça da Assembleia, na Região Centro-Sul; depois, partiram para a Praça Sete. Nas mãos, cartazes cobrando a recomposição inflacionária e repudiando o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), pacote de ajuste econômico tido no governo como esperança para aliviar as finanças, mas visto pelo funcionalismo com receio por possíveis impactos nos vencimentos. Nos coldres de alguns, a reportagem do **Estado de Minas** flagrou armas, embora a Constituição Federal afirme que policiais não podem portar revólveres em manifestações.

Apesar de se programarem para definir, caso a caso, como as forças de segurança vão engrossar a paralisação, há crença em encontro com representantes do Poder Executivo para resolver de pronto o impasse. "A gente espera que, antes que isso (o avanço da paralisação) ocorra, o governo nos receba", disse o subtenente Heder Martins de Oliveira, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (Aspra-MG). Organizadores do protesto de ontem estimaram a presença de mais de 20 mil pessoas nas ruas de Belo Horizonte.

PACTO DE REPOSIÇÃO Em novembro de 2019, representantes das forças de segurança, integrantes do governo estadual e deputados assinaram acordo sobre a recomposição salarial. O pacto previa a reposição das perdas inflacionárias em três parcelas: 13% foram repostos em julho de 2020; em setembro de 2021, seriam acrescidos mais 12%; a última parcela, também de 12%, estava prevista para setembro deste ano. Em que pese a costura, alegando inconstitucionalidade, Zema vetou o segundo e o terceiro reajustes. Apenas a primeira fatia, de 13%, entrou na conta dos agentes. O projeto que tratava do tema foi o mesmo a receber emenda estendendo a reposição salarial a todos os servidores. Quando barrou o aumento geral, o governador também retirou do texto as parcelas prometidas às polícias para 2021 e 2022.

O político do Novo, aliás, foi o alvo preferido dos agentes. Eles percorreram o Centro de BH sob o som de gritos de ordem como "Se o Zema não pagar, a polícia vai parar". Ele e o secretário-geral de Governo, Mateus Simões, tiveram os rostos retratados em caixões simbólicos. As urnas funerárias que os "representavam" chegaram a ser chutadas e vilipendiadas pelos mais exaltados.

LEGALIDADE EM QUESTÃO A Constituição Federal impede que policiais militares e componentes das Forças Armadas façam greve. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) estendeu o veto aos policiais civis. Em meio às incertezas que rondam a legalidade do movimento em alguns setores da segurança, os agentes pensam em soluções alternativas. Na Polícia Militar, por exemplo, uma das possibilidades é a chamada "operação-padrão". Após o aval à greve, alguns servidores deixaram grupos de WhatsApp ligados ao trabalho – como, por exemplo, os fóruns de conversa com moradores de áreas com patrulha residencial.

"Todos os policiais assumem inúmeros riscos que não estão previstos no regulamento. Tudo o que não for obrigatório por lei, o policial militar não precisa se submeter a fazer", explicou o deputado federal Junio Amaral (PSL), presente à manifestação. "O que vai fazer a polícia retomar as suas atividades é o projeto de lei fazendo a recomposição das perdas inflacionárias", garantiu o deputado estadual Sargento Rodrigues (PTB), afirmando que Zema não pode continuar "teimando" a respeito do tema.

Segundo Heder Martins, os efeitos da paralisação podem ser sentidos em cascata. "Não adianta nada a Polícia Militar prender se a delegacia estiver fechada. Não adianta nada a Polícia Militar fazer condução se a Polícia Civil não estiver funcionando com escrivão e perito. Não adianta ir a um local de homicídio ou acidente se o Instituto Médico-Legal (IML) não estiver funcionando. Ainda que a Polícia Militar não faça literalmente uma greve, vai encontrar dificuldades de fazer sua missão constitucional, porque o resto não funciona", avaliou.

APOIO PARLAMENTAR Quando a manifestação chegou à porta do Palácio da Inconfidência, sede do Parlamento estadual, representantes dos agentes foram recebidos pelo presidente da Assembleia, Agostinho Patrus (PV). Ele recebeu documento com as reivindicações do grupo. O deputado teceu críticas indiretas a Zema e disse enxergar o caso como "contrassenso" à história do estado. "Minas, que sempre foi do diálogo, sempre se sentou à mesa e foi exemplo para o Brasil nesses momentos, vive, hoje, momento triste, em que não há diálogo".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), classificou a manifestação dos agentes de segurança em Belo Horizonte como "legítima e de direito". Pelas redes sociais, ele cobrou que o governo de Minas Gerais esteja aberto a negociar com os manifestantes. "É dever do governo do estado ouvi-las (as reivindicações) e estar aberto à negociação. Espero que as partes mantenham a ordem, a paz e a civilidade", publicou Pacheco.

Outro senador da bancada mineira que saiu em defesa dos agentes de segurança foi Alexandre Silveira (PSD). "É muito grave um governo não cumprir um acordo que foi fruto de diálogo e chegou a ser registrado, divulgado por toda a imprensa. É uma quebra de confiança inaceitável por parte do estado que deveria ser o primeiro a dar o exemplo".

Segundo policiais, o descumprimento do acordo entre Zema e a categoria só é debatido em audiências públicas convocadas pela bancada da segurança no Legislativo. "Fora isso, (o governo) nunca recebeu parlamentares federais e estaduais ligados à área da segurança pública e, muito menos, sindicatos e associações", assegurou Heder Martins.

RECUPERAÇÃO FISCAL O governo, por sua vez, se ampara na recuperação fiscal para renegociar dívida de R$ 140 bilhões com a União. Para aderir ao ajuste fiscal, é preciso obter aval da Assembleia Legislativa, mas as contrapartidas que servidores receiam também causam temores em deputados estaduais, que se preocupam com a possibilidade de redução de investimentos em políticas públicas.

Diante da resistência encontrada em parte dos parlamentares, a base aliada a Zema ainda não conseguiu colocar a proposta em votação. "A renegociação da dívida bilionária com a União, por meio do plano de recuperação fiscal, permitirá uma nova recomposição dos salários dos profissionais de segurança. Continuamos em busca de outras alternativas para fazer a reposição das perdas inflacionárias", informou o governo mineiro.

Liminares judiciais impedem o pagamento da dívida, mas o governo teme que o Supremo Tribunal Federal (STF) casse as medidas cautelares se Minas Gerais não ingressar no RRF até abril. Se isso ocorrer, o Executivo calcula ter de desembolsar, de imediato, cerca de R$ 40 bilhões.

"O governo quer um cheque em branco. Se aprovar o Regime de Recuperação Fiscal, acabou. Não tem mais nada a fazer. Você não emenda o acordo", pontuou Heder Martins. "O Regime de Recuperação Fiscal é o fim do servidor público. Não só da PM ou da segurança pública", emendou o subtenente.

REIVINDICAÇÕES

Confira o que os policiais querem

» Recomposição salarial das perdas inflacionários com base em acordo de 2019

» Os termos do acordo:
» Reposição em três parcelas
1) 13% em julho de 2020 (pago)
2) 12% em setembro de 2021 (vetado)
3) 12% em setembro de 2022 (vetado)

» Como o governo espera arcar com o reajuste?
» Aprovar, no Assembleia, o ingresso ao Regime de Recuperação Fiscal

» O que agentes de segurança temem com o RRF?
» Congelamento salarial e diminuição de investimentos no funcionalismo

MEMÓRIA

Morte marcou parada pioneira em 1997

ROGER DIAS

A confirmação do início de greve das forças de segurança de Minas Gerais na tarde de ontem traz à memória outro importante ato do grupo, há quase 25 anos – marcado pela morte de um soldado em serviço. Em junho de 1997, policiais militares de quatro batalhões deram início à primeira greve declarada na categoria em todo o país, na busca pelo reajuste salarial das patentes menores da corporação.

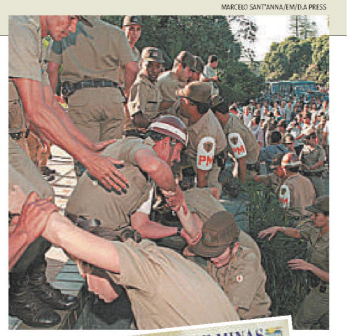
O principal ponto de partida da greve foi uma ação judicial movida pelos delegados de polícia requerendo isonomia salarial com promotores de Justiça. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a isonomia em relação aos defensores públicos, que, na prática, determinava o pagamento de 33% de reajuste, em três parcelas, aos delegados. Em contrapartida, os policiais com salários menores não receberiam aumento, o que gerou enorme insatisfação entre eles.

Paralelamente ao conflito, a morte do cabo Glendyson Hércules de Moura Costa, baleado por um criminoso na capital, deu início a uma série de atos organizados por policiais com patentes menores. Os militares queimaram colchões e outros objetos no interior dos Batalhões de Choque e do 22º Batalhão de Polícia Militar. O ato foi minorado pelo comando da corporação. Nos seguintes, os policiais se apresentavam aos quartéis, mas não atuavam nas ocorrências – o movimento foi chamado de "greve branca".

O governador da época, Eduardo Azeredo (PSDB), precisou adiar uma viagem à Europa para cuidar das negociações e pediu à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para dar aumento aos policiais por meio de decreto. Mas os militares não aceitaram a proposta encabeçada pelo governo e saíram em passeata às ruas. O ato contou com a presença de 5 mil manifestantes, que passaram por pontos como a Praça Sete e a rodoviária e seguiram até o Palácio da Liberdade. O grupo também tentou invadir o Comando de Polícia Militar (Cpom).

O ponto mais tenso ocorreu quando o cabo Valério dos Santos Oliveira foi atingido com um tiro na cabeça durante o ato. Foi necessária a intervenção do Exército para acalmar os ânimos – três carros blindados chegaram à capital para reforçar o contingente. Logo, o governo reabriu negociações, com a expectativa de apresentar nova proposta. O policial Wedson Campos Gomes, acusado de atirar em Valério, que estava em serviço, foi preso e condenado a oito anos de reclusão.

MARCELO SANT'ANNA/EM/D.A PRESS



Depois de negociações, o policiamento começou a voltar ao normal em BH. O governo anunciou reajuste salarial de 48,2% para soldados, cabos, sargentos e subtenentes da PM e para detetives da Polícia Civil, encerrando de vez o movimento grevista, que durou, ao todo, 14 dias.

A crise da PM de Minas Gerais se estendeu a outros estados, como Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pará, Piauí, Amazonas, Paraíba e Santa Catarina, que também viveram conflitos entre a corporação e o estado na busca por melhores salários.

ESTADO DE MINAS
Exército intervém para garantir ordem em Minas

ACERVO ARQUIVO ESTADO DE MINAS

Correria de policiais *(no alto)* após o tiro que atingiu o cabo Valério Oliveira no greve de 1997. Reportagem do *EM* mostra que a crise exigiu intervenção do Exército

PIB de Petrópolis deve desabar R$ 665 milhões

MAURO PIMENTEL/AFP

Bombeiros prosseguem nas buscas por desaparecidos em meio aos escombros deixados pela avalanche de pedras e lama

O Produto Interno Bruto (**PIB**, soma de bens e serviços produzidos na cidade) de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, deve perder R$ 665 milhões em consequência dos efeitos da chuva intensa ocorrida na cidade terça-feira passada. O cálculo, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), tem por base o impacto direto apontado na pesquisa junto a 286 empresas, entre os dias 16 e 18 deste mês.

No total de entrevistados, 65% informaram que as empresas foram atingidas diretamente e o funcionamento não foi restabelecido em 85%. A expectativa de retorno total das atividades leves é, em média, de 13 dias, para os que estimam uma normalização. No entanto, um em cada três entrevistados não sabe dizer, por enquanto, quando esse retorno será possível. Ainda conforme a pesquisa, 11% dos entrevistados com as empresas prejudicadas informaram desaparecimento ou morte de funcionários.

A pesquisa indicou também que nas atividades das empresas, a linha de produção sofreu impacto em 35%. Nas áreas administrativa e de vendas, a influência dos relatos chegou a 30% e 35% dos entrevistados, respectivamente. O alagamento no entorno, citado por 77% dos representantes das empresas impactadas, está entre as maiores dificuldades enfrentadas, como também a falta de energia elétrica e/ou telefone, relatada por 60% deles. Dos pesquisados, 31% registraram alagamento no interior da empresa e 23% citaram danos na estrutura física, como quebra de equipamento, desabamento ou condenação de muros e paredes.

A entidade instalou ontem, na cidade imperial, o Centro de Atendimento ao Pequeno Empresário, na Firjan Serrana, na Rua Dom Pedro I, 579, na área central. A intenção é assessorar gratuitamente as pequenas e microempresas atingidas pela tragédia que devastou o município. No local, haverá atendimento de instituições de crédito parceiras, como BNDES, AgeRio, Caixa Econômica, Sicoob e Sicredi. Os empresários apontaram o restabelecimento da ordem na cidade e ações emergenciais que impulsionam mais diretamente a qualidade de vida e a recuperação econômica como as principais frentes para a atuação do poder público.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugênio, ressaltou que a situação é dramática, e que os empresários de Petrópolis já estavam com um passivo provocado pela pandemia da COVID-19. "Precisam de um alívio financeiro. As empresas precisam retomar suas atividades, porque as pessoas que sobreviveram precisarão trabalhar e ter renda. Estamos instalando uma agência onde os empreendedores poderão conversar com grandes bancos para atravessar essa turbulência.

E o apoio financeiro é uma consequência. Entendemos que as instituições que reuniremos estarão flexíveis com relação aos passivos", disse.

PERDAS Enquanto contam os prejuízos, Petrópolis vê aumentar o número de mortos, que ontem subiu para 178. O número foi divulgado pela Defesa Civil do estado do Rio de Janeiro. O Corpo de Bombeiros Militar começou a trabalhar direto no município na terça-feira passada, quando a cidade da região serrana do Rio foi atingida por intenso temporal. Nos dias seguintes, a chuva não tem dado trégua, o que interrompe em vários momentos as operações de busca. O solo encharcado é um risco para novos desabamentos e deslizamentos. Até agora, 24 pessoas foram resgatadas com vida pelos militares.

A Secretaria de Defesa Civil fez um alerta de previsão de chuva moderada a forte para os períodos da tarde e noite de ontem e enviou aviso de SMS para a população cadastrada no serviço. Ontem, foi o sétimo dia em que o município se manteve no estágio operacional de crise por causa dos acumulados pluviométricos desde a última terça-feira. "A situação também leva em consideração o elevado número de ocorrências - mais de 1,2 mil até o momento, em função das chuvas registradas na cidade", informou a Defesa Civil.

De acordo com a Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio, o número de desaparecidos caiu para 110, conforme os números divulgados às 14h30. Mais cedo, às 7h50, eram 126. O número de vítimas identificadas aumentou: eram 143 e nos números de ontem à tarde, 146. Os corpos liberados e entregues à funerária passaram de 134 para 138. Os liberados à disposição da funerária, agora são quatro. Mais cedo eram dois. Os corpos liberados e aguardando as famílias para preenchimento de documento de óbito são quarto; antes, eram sete.

Segundo a Defesa Civil, as condições do tempo que favorecem pancadas de chuva levam a equipe de monitoramento a emitir novos alertas a qualquer momento. "A Defesa Civil orienta que a população fique atenta aos novos avisos, que podem ser emitidos a qualquer momento. O órgão solicita que os moradores das áreas de risco fiquem atentos às recomendações de mobilização e necessidade de deslocamento, em situação de risco", recomendou, acrescentando que em caso de emergência devem usar os telefones 199 da Defesa Civil e 193 do Corpo de Bombeiros.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/02/2022/p1

Reconstrução social e econômica só será possível com uma reconstrução afetiva

Luciano Veronezi

Simone Tebet e Elena Landau Tebet é senadora e pré-candidata a presidente da República do MDB; Landau é economista

PENSAMENTO ECONÔMICO DE SIMONE TEBET - Política econômica não atua no vácuo: o contexto importa. As circunstâncias da vida nacional em 2022 são dramáticas. Um programa de governo normalmente discorre sobre regras fiscais e reformas, mas, em nosso plano, toda e qualquer ação nesses segmentos terá como objetivo final uma transformação social A venda das estatais será para colocar crianças e jovens nas escolas.

Entramos nesta campanha porque, como mães, não podemos mais assistir a outras mães não terem o que oferecer a seus filhos no fim do dia ou um teto para abrigá-los. Há algo de muito errado numa economia que tem fila na encomenda de jatos privados convivendo com a fila pelo prato de comida. Queremos uma sociedade justa, inclusiva e plural, na qual haja igualdade de oportunidades para todos.

Há, hoje, um aparente consenso no diagnóstico da crise, mas que esconde uma enorme divergência nas soluções. Umas trazem o ajuste fiscal como um objetivo em si mesmo. Outras apostam na repetição do intervencionismo estatal, que gera **inflação** e desemprego. É o fiscalismo sem alma de um lado e o populismo de outro. A tragédia social e a estagnação econômica resultam desses erros. E, ainda assim, Bolsonaro e Lula seguem falando em nome do povo como se dele fossem donos.

O compromisso com a responsabilidade fiscal está no nosso DNA. Trabalhamos pela reforma da Previdência, pelo teto constitucional de gastos, pela reforma trabalhista, pelo novo ensino médio, pelo novo marco do saneamento e pelo novo Fundeb. Temos experiência, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

O espírito conciliador e a capacidade de articulação com o Congresso Nacional trarão segurança aos investidores, com consequente valorização da nossa moeda, queda nos juros e **inflação** e desenvolvimento sustentável Presidência não é função para iniciar uma trajetória política.

O Orçamento atual foi aprisionado por interesses paroquiais. Precisa ser retomado para servir à sociedade, de forma transparente e planejada, para todo o mandato. Compromissos com ciência, tecnologia, inovação, moradia popular, cultura, meio ambiente, além de saúde e educação, devem ser assegurados.

Hoje, as políticas de transferência de renda são definidas por último. Depois dos subsídios, dos regimes especiais do Imposto de Renda e dos salários das corporações. Vamos inverter as prioridades. Os demais gastos é que deverão se ajustar. Um exemplo: durante anos, o Bolsa Família custou em torno de 0,5% do **PIB**, enquanto as isenções tributárias, definidas a partir de lobbies, cresciam sem parar, chegando a 4% do **PIB**.

Uma revisão de despesas, com avaliação das políticas públicas, encontrará mais recursos. Isso será combinado com a simplificação tributária, para dar ganhos de eficiência, e com a reforma do Imposto de Renda, para eliminar injustiças.

Para a superação do atraso tecnológico, o Brasil se abri- rá para o mundo, repetindo a bem-sucedida experiência do agro negócio. A integração internacional será a base da indústria do futuro. É possível, com isso, aumentar a produtividade e gerar empregos. E uma guinada de 180o na área ambiental será dada. A agenda ESG, cuja sigla significa boa governança ambiental, social e corporativa, integrará o

governo.

Nosso programa será uma construção coletiva. A pandemia acentuou a importância da voz das comunidades. Respostas sociais surgiram dos contextos locais e soluções adaptadas às suas particularidades. Foi uma necessidade diante da falha do Estado na prestação de serviços ao longo das duas últimas décadas. Essa ausência estatal aprofundou as desigualdades sociais, de gênero e racial, e demanda soluções urgentes. A omissão criminosa do governo Bolsonaro na pandemia tornou tudo ainda mais cruel.

A liberdade democrática é o norte da nossa atuação. A cultura foi solapada: governos totalitários não gostam de cidadãos que refletem, que questionam e duvidam. Os debates foram dominados pelo ódio. Não é por acaso que crescem os casos de barbárie, de violência policial, de feminicídio, de crimes raciais e a apologia ao nazismo.

A conciliação do país e a harmonia entre os Três Poderes serão fundamentais para implantar essas mudanças com a rapidez necessária.

Há um caminho da esperança. O país precisa de uma reconstrução social e econômica, que só será possível com uma reconstrução afetiva.

ARTIGOS PUBLICADOS

Ciro Gomes (PDT) Por Nelson Marconi

João Doria (PSDB) Por Henrique Meirelles

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Por Guido Mantega

Sergio Moro (Podemos) Por Affonso Celso Pastore

Felipe d'Avila (Novo)

Alessandro Vieira (Cidadania) Por Alessandro Vieira e Pedro Fernando Nery

Simone Tebet (MDB) Por Simone Tebet e Elena Landau

Série traz pensamento econômico de pré-candidatos à Presidência

O caderno Mercado publica artigos sobre questões econômicas consideradas sensíveis por pré-candidatos à Presidência da República. A proposta é dar início ao debate de temas que devem nortear boa parte da campanha. Os artigos são assinados em sua maioria por economistas que participam do grupo de apoio aos pré-candidatos. De acordo com sua assessoria, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) está iniciando conversas com consultores econômicos e ainda não tem porta-vozes na área. Convidado a representar o presidente Jair Bolsonaro, que disputará a reeleição, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prefere não ser manifestar no momento.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49829

Mercado eleva estimativa para inflação neste ano a 5,56%, mostra pesquisa do BC

SÃO PAULO E BRASÍLIA I REUTERS

Especialistas deram sequência à série de altas na expectativa para a **inflação** este ano, indo bem acima do teto da meta, apesar de terem reduzido com força o cenário para a pressão de preços administrados, mostrou a pesquisa Focus, do pelo Banco Central.

O levantamento divulgado nesta segunda (21) aponta que a projeção da alta do IPCA este ano agora é de 5,56%, 0,06 ponto percentual a mais do que na semana anterior. Para 2023, a expectativa de **inflação** segue sendo de 3,5%.

O centro da meta oficial para a **inflação** em2022 é de 3,5%, e, para 2023, é de 3,25%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Para o **PIB**, as estimativas foram mantidas em 0,30% em 2022 e 1,50% em2023. Também não sofreu alteração o cenário para a Selic ainda calculada em 12,25% ao Anal deste ano e em 8,0% no próximo.

Em palestra nesta segunda no Canal Agro+ , o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ser fundamental que o Brasil reverta tendência de queda das previsões de crescimento estrutural para o país, ressaltando que uma perspectiva de crescimento mais baixo com maior gasto com juros afeta o panorama fiscal.

Em palestra, Campos Neto destacou que, apesar da surpresa positiva verificada nas contas públicas no fim do ano passado, a longo prazo ainda há incertezas nesse campo.

Ele afirmou que as projeções de crescimento do **PIB** potencial estavam acima de 2,5% em2014 e 2015 e hoje estão em quase 1,5%.

"Acho que tem um tema mais fundamental que é o que precisa ser feito para que a gente reverta essa expectativa de crescimento estrutural baixo. O crescimento estrutural alto é o que traz investimento, o dinheiro global hoje procura crescimento estrutural alto com fiscal comportado, esse é o par ordenado que vai trazer o investimento de volta."

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498

29

Pela 6ª vez seguida, mercado vê inflação mais alta

Economistas do mercado financeiro elevaram, pela sexta semana consecutiva, a estimativa da **inflação** esperada para este ano, indicou o relatório do Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

A estimativa avançou de 5,50% para 5,56%, ante 5,15% há um mês. A meta a ser alcançada pelo BC este ano é de 3,50%, com tolerância de 2,0% a 5,0%. Ou seja, o Boletim Focus segue indicando o segundo ano consecutivo de rompimento da meta, após o desvio de 4,81 pontos porcentuais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2021 (10,06%).

A expectativa para o IPCA de 2023 ficou estacionada em 3,50%, ainda acima do centro da meta (3,25%, com banda de 1,75% a 4,75%). A mediana era 3,40% há quatro semanas.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

De fracasso em fracasso (Editorial)

O ritmo atual da **inflação** na Argentina e as formas canhestras com que o governo do presidente Alberto Fernández afirma tentar combatê-la compõem um enredo de frustrações, aumento da pobreza, estagnação e destruição de esperanças. O quadro talvez possa sugerir um tango sofrível, com um título óbvio: de fracasso em fracasso.

Aos problemas essenciais do quadro macroeconômico, composto por **inflação** alta, malogro das políticas fiscal e monetária, desemprego e dificuldades de crescimento, soma-se a recorrente questão da dívida externa - cuja solução ainda depende de decisões políticas. Para enfrentar um conjunto tão desafiador, o governo lança mão de medidas populistas notoriamente ineficazes no combate à **inflação**, mas altamente danosas à organização e ao funcionamento do sistema de produção, circulação e comercialização de bens e serviços.

Mal foi anunciado que a **inflação** de janeiro alcançou 3,9% - o que fez a variação acumulada em 12 meses somar 50,7%, uma das mais altas do mundo -, o governo anunciou estudo para a criação de uma empresa estatal de alimentos supostamente com poder para controlar preços. "A **inflação** é um ônus para a mesa dos argentinos e o governo avalia uma solução, não porque lhe interessa politicamente, mas porque é seu dever modificar a vida das pessoas", disse a porta-voz do governo, Gabriela Cerruti, na ocasião.

Que a **inflação** é danosa para todos, sobretudo para os mais pobres, é hoje um truísmo a que governos populistas, como o que está no poder na Argentina, recorrem sem nenhum pudor para justificar medidas técnica, econômica e socialmente injustificáveis, mas que podem lhes render frutos eleitorais.

Até há pouco vigorava no país um sistema de controle de preços por meio de acordos do governo com câmaras empresariais de diversos setores. Tentativas de conter preços por tabelamento, acompanhado de fiscalização por agentes públicos ou privados, acordos com empresários ou outras formas, não deram certo em outros países e, não raro, tiveram consequências altamente danosas. Na década de 1980, quando se tentou tabelar preços no Brasil, a população foi forçada a conviver com escassez, desorganização do sistema de distribuição e comercialização de bens essenciais e, inevitavelmente, alta contínua dos preços.

O ritmo da **inflação** argentina mostra o fracasso dos acordos do governo com grupos empresariais. A criação da Empresa Nacional de Alimentos, agora anunciada, é a nova falácia anti-inflacionária. O objetivo da estatal, diz um de seus idealizadores - o funcionário do Ministério de Desenvolvimento Social Rafael Klejzer -, é "o planejamento, a regulação, o controle, a produção, a análise de custos e a comercialização dos alimentos". Ou seja, será a estatização desse segmento essencial para o abastecimento da população.

Mais poder para um governo que vem fracassando em segmentos essenciais, como o combate aos desequilíbrios macroeconômicos que tolhem o crescimento pelo menos desde o início do século, significa apenas aposta em novo fracasso.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Rui Costa defende um pacto nacional - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Governo deve anunciar após o carnaval pacote de crédito de R$ 100 bi

GERALDA DOCA E RAPHAELA RIBAS
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Desastre em Petrópolis expõe falhas das políticas públicas (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187147

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187147

O que aprender com a China? (Artigo)

Arthur Barrionuevo é professor da FGV EAESP, especialista em concorrência e regulação. 0 artigo expressa opinião do autor, não representando a organização a qual pertence.

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187147

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187147